

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 547.934 - SP (2019/0353636-0)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
FERNANDA FERNANDES GOMES ROZO - SP278336
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : L E P A (INTERNADO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **L E P A**, apontando-se como autoridade coatora o Desembargador Relator que indeferiu a liminar no HC n. 2256165-88.2019.8.26.0000, em curso no Tribunal de Justiça de São Paulo.

Narram os autos que, em 11/11/2019, o paciente foi apreendido em flagrante delito, juntamente com o maior G F L, em razão da suposta prática de ato infracional equiparado ao tráfico de drogas (**68 porções de maconha – 87,97 g; 71 porções de cocaína – 100,42 g; e 93 invólucros de crack – 15,71 g** – fl. 15).

Após a decretação da internação provisória do paciente, a Defensoria Pública impetrou *writ* na origem, tendo sido indeferido o pedido liminar.

Daí o presente *mandamus*, em que a defesa sustenta, de início, a necessidade de superação da Súmula 691/STF.

Destaca que o paciente foi representado por ato infracional equiparado ao tráfico de drogas, despido de violência ou grave ameaça. Afirma que o adolescente é primário e que a decisão é despida de razoabilidade, ofendendo a Súmula 492/STJ.

Sustenta, ainda, que a hipótese dos autos não está entre as circunstâncias que permitem a internação, conforme o disposto no art. 122 do ECA.

Requer, inclusive liminarmente, a imediata revogação da internação provisória imposta ao paciente.

É o relatório.

Superior Tribunal de Justiça

As Turmas integrantes da Terceira Seção desta Corte, na esteira do preceituado na Súmula 691/STF, têm entendimento pacificado no sentido de não ser cabível a impetração de *habeas corpus* contra decisão de relator indeferindo medida liminar em ação ajuizada nos Tribunais de segundo grau, salvo a hipótese de teratologia ou ilegalidade manifesta.

In casu, da análise dos autos, ao menos em um juízo perfunctório, verifica-se que o pedido formulado, além de revestir-se de plausibilidade jurídica, está amparado pelo *fumus boni iuris*, sendo o caso de deferir-se a medida de urgência.

O Magistrado singular, ao impor medida de internação provisória ao menor, não apontou nenhuma circunstância concreta do ato infracional, não sendo a gravidade abstrata suficiente para imposição da medida restritiva de liberdade, razão pela qual entendo possível a aplicação de outras medidas para a proteção integral do paciente.

A quantidade e variedade de droga, por si só, também não indica gravidade mais acentuada na conduta, tampouco foi identificado algum processo anterior para caracterizar o risco de reiteração delitiva.

A propósito:

HABEAS CORPUS. LEI N. 8.069/1990. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. ATO INFRACIONAL ANÁLOGO AO ROUBO. INTERNAÇÃO PROVISÓRIA DECRETADA APÓS O DECURSO DE QUASE NOVE MESES DESDE A DATA DA INFRAÇÃO. PACIENTE QUE SE ENCONTRA INTERNADO EM CLÍNICA DE REABILITAÇÃO PARA USUÁRIOS DE DROGAS. GRAVIDADE ABSTRATA DA INFRAÇÃO. MERA POSSIBILIDADE DE REITERAÇÃO. AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO IDÔNEA. IMPERIOSIDADE DA MEDIDA NÃO DEMONSTRADA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. ORDEM DE HABEAS CORPUS CONCEDIDA.

1. O acórdão impugnado está desprovido de fundamentação idônea, pois não existem, nos autos, elementos concretos que justifiquem a decretação da internação provisória, após decorridos quase nove meses da data do ato infracional, o que evidencia a ausência de imperiosidade da medida.

2. O Tribunal Impetrado considerou, no caso, a condição de vulnerabilidade do Paciente, pelo uso descontrolado de drogas, que o expõe a situações de risco, comuns a qualquer usuário-dependente de substâncias entorpecentes. Contudo, esse fundamento, sob o ponto de vista legal, não serve para justificar a internação provisória, sobretudo, porque o Adolescente já se encontra internado em clínica de reabilitação para dependentes de drogas.

3. A gravidade abstrata da infração, assim como a mera probabilidade de reiteração infracional, sem fundamento concreto, não servem para embasar

Superior Tribunal de Justiça

a decretação da internação provisória, medida de natureza excepcional que só pode ser adotada, quando presentes os requisitos legais previstos nos arts. 108 e 122 do Estatuto da Criança e do Adolescente, não configurados na espécie.

4. Ordem de *habeas corpus* concedida.

(HC n. 289.250/SP, Ministra Laurita Vaz, Quinta Turma, DJe 22/8/2014 – grifo nosso)

Em face do exposto, **defiro** o pedido liminar para revogar a decisão proferida no Processo de apuração de ato infracional n. 1528113-80.2019.8.26.0564, que determinou a internação provisória do paciente, sem prejuízo da aplicação de medidas de proteção ao menor pelo Magistrado singular.

Comunique-se, com urgência, alertando-se ao Tribunal de origem que o deferimento da presente medida liminar não torna prejudicado o julgamento do *writ* originário.

Solicitem-se informações pormenorizadas à autoridade coatora, que deverá encaminhar cópia do acórdão, caso tenha sido julgado o *habeas corpus* lá impetrado, e ao Juízo de primeiro grau acerca da atual situação do adolescente e do Processo n. 1528113-80.2019.8.26.0564.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator